

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO EXERCÍCIO DE LEITURA DO TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE OCUPADO*

Solange Maria Gayoso da Costa

Introdução

Neste texto abordo o trabalho que venho desenvolvendo junto a diferentes agentes sociais que, desde meados da década de 1980 do século XX, vem apresentando formas diferenciadas de mobilização expressas nas diversas identidades coletivas, que objetivadas em movimentos sociais, se organizam em torno de pautas específicas, em sua maioria, próprias das situações de violação de seu direito de (r)existir. São territorialidades próprias, nas quais os elementos identitários constituem elo das ações de mobilização e organização do próprio grupo, tanto na luta pelo atendimento de suas reivindicações, quanto na relação com outros agentes sociais.

Esse processo está inserido numa dinâmica mais geral dos movimentos sociais no Brasil e especialmente na Amazônia¹, que compreende a multiplicação de novas identidades, de autoatribuição e de novos grupos organizados em inúmeras organizações, e sob distintas identidades. Almeida (2004) destaca a existência desse processo desde meados de 1988. Identifica-se a aglutinação de grupos sociais diferenciados, que têm se organizado em “unidades de mobilização”², em todo o país, com elevado grau de coesão em suas práticas. Tais “unidades de mobilização” compõem-se a partir de critérios diferenciados e objetivam garantir o controle sobre determinados “domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive para alguns, à sua afirmação étnica” (Almeida, 2004, p. 23-24).

Desta forma, diversos grupos sociais encontram-se em processo de construção e reconhecimento de suas territorialidades e identidades coletivas fazendo uso de formas de luta diferenciadas daquelas prevalecentes nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, evidenciando estratégias num contexto de redefinição dos padrões de relação política e seus correspondentes processos de territorialização (Almeida, 2004), registrados seja nas cidades ou nas áreas rurais.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-92-5-0-F.17-30

¹ Alguns exemplos de organizações que expressam a diversidade de situações e de identidades: Conselho Nacional dos Seringueiros; Movimento Interestadual de Quebradeiras de Côco Babaçu; Movimento Nacional dos Pescadores; Movimentos dos Ribeirinhos da Amazônia; Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica; Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão; Conselho Indigenista Munduruku do Alto Tapajós; Movimento dos Atingidos de Barragem. Para ver mais, consultar: Almeida, Alfredo W.B. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v. 6. n 1, p.p. 9-32., 2004.

² O conceito de “unidades de mobilização” é proposto por Almeida e refere-se “à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios”. (Almeida, 2006, p. 25)

A experiência aqui relatada, apresenta um exercício pedagógico de mapeamento social de grupos sociais, movimentos sociais e de suas formas organizativas, bem como de conhecimentos cartográficos elementares, como modalidade de interpretação desenvolvidas em trabalho de pesquisa/extensão do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Os mapas contemplam uma diversidade de situações sociais que chamam atenção para um processo de afirmação étnica e identitária que se caracteriza pelo surgimento de “unidades de mobilização” distintas, cuja existência coletiva configura territorialidades específicas, delimitadas consoantes os critérios étnicos e identitários de cada grupo.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à auto cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força deste processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a auto-afirmação social. É nesse sentido que o PNCSA busca materializar a manifestação da auto-cartografia dos povos e comunidades nos fascículos que publica, que não só pretendem fortalecer os movimentos, mas o fazem mediante a transparência de suas expressões culturais diversas (PNCSA, 2018, n/p).

Em seus 15 (quinze) anos de existência e atuação ativa o PNCSA já alcançou mais de 212 (duzentas e doze) formas organizativas (associações, sindicatos, cooperativas, comissões, Ongs) com 142 (cento e quarenta e duas) entidades apoiadoras e centenas de comunidades (PNCSA, 2018, n/p). Os resultados das pesquisas e atividades de cartografia são divulgados em publicações em formato físico e digital disponibilizados na página web do projeto (<http://novacartografiasocial.com.br/>) permitindo assim, que tanto os agentes sociais que participaram das produções, quanto o público em geral, que tenha interesse nesses produtos, possam ter acesso livre a todo o conteúdo produzido pelas equipes de pesquisadores e demais agentes sociais.

Este artigo se desenvolve em dois movimentos complementares. No primeiro apresenta-se reflexão sobre o território como representação das relações sociais históricas, estruturais e estruturantes do modo de vida dos povos tradicionais, distinguindo da concepção de território restrita a área de abrangência sob um dado limite geográfico. Essa distinção é fundamental para o entendimento da relação entre povos tradicionais, seu modo de vida e relação sociometabólica construída com a natureza e é base do processo de elaboração da nova cartografia social. No

segundo momento apresento relato sobre a execução da produção de “novas cartografias sociais” junto a grupos sociais, povos tradicionais e movimentos sociais.

Vem! Entre na experiência da nova cartografia social. Deixe-se tomar pelos seus dilemas, se encante com as suas riquezas, se inspire nas suas resistências!

De que território estamos falando? Território, territorialidades específicas e povos tradicionais

A concepção de território vem sendo utilizada por diferentes agentes sociais estando em permanente disputa. Como categoria da práxis normativa/instituída aparece no aparato jurídico do ordenamento territorial/ambiental/estatal; no planejamento estratégico estatal e corporativo e na implementação das políticas públicas. Como categoria da práxis insurgente/instituinte está presente nos discursos, práticas e experiências de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, camponeses e movimentos sociais urbanos e rurais na luta pelo reconhecimento ou mesmo pelo atendimento de direitos territoriais. E como categoria de análise da realidade social, teve seu conceito estruturado pela Geografia como campo disciplinar, mas vem ganhando cada vez mais importância em outros campos do conhecimento como a Antropologia, Sociologia, Economia, Ciência Política, Serviço Social, dentre outros.

Tal disputa teórica e prática na apropriação da categoria território possibilitou a construção de outros olhares sobre os espaços vividos. A questão primordial aqui, não é definir, pelas características dos recursos naturais ou pelas delimitações políticas e administrativas, o que seja o território. Os aspectos naturais, econômicos, sociais e políticos podem ser de extrema importância para a compreensão da gênese do que seja um território ou do interesse para tomá-lo e dominá-lo. Entretanto, são insuficientes para explicar a “trama” existente em cada território. A concepção de território pressupõe movimento, possui uma dimensão histórica, pois se estrutura e se constrói e cria sua identidade a partir das relações sociais estabelecidas nas trocas e disputas entre os diferentes agentes sociais envolvidos. Nesse sentido, o processo que define a própria trajetória do território é reflexo e se confunde com a trajetória daqueles que nele vivem.

O conceito de território, refere-se a uma concepção dinâmica e dialética tanto do ponto de vista físico-geográfico, como histórico, político e social. Claude Raffestin (1993), destaca a perspectiva política do território, como espaço modificado pelo trabalho e revelador das relações de poder em jogo entre os diferentes agentes sociais e que se expressa, sobretudo, nas relações cotidianas. Na mesma linha teórica de Raffestin, Saquet (2013, p. 75) assinala que o “território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”.

Isso nos remete a um conceito de território cuja projeção ultrapassa as barreiras impostas pelos limites físicos naturais, políticos e administrativos. Essa concepção não pressupõe um descolamento entre as dimensões política e cultural, mas sim uma flexibilização da visão do território. Souza (1995, p. 86) nos fornece uma definição de território na qual as relações sociais projetadas num determinado

“espaço concreto”, definem o que seja um território, concebido como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade”, ou seja, a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Como campo de forças, o território se coloca no plano das relações sociais onde o que está em jogo é a disputa pela afirmação do grupo ou dos grupos em disputa. Pensado no plano das relações sociais, o território não pode ser delimitado pelas suas condições naturais. Suas fronteiras ultrapassam essas delimitações e podem estender-se para além das “linhas”, “paredes” e “muros” arbitrariamente delimitados e construídos. Essa reflexão nos remete ao pensamento de Bourdieu (2000) ao falar sobre o conceito de região - o qual entendemos pode ser aplicada ao conceito de território -, em que as delimitações impostas por diferentes critérios (língua, habitat, tamanho da terra) nunca coincidem: “a fronteira esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta” (op. cit. p. 115)

Sendo o território definido a partir das relações sociais também pode ser entendido como um conjunto de representações dos agentes que o qualificam, ou seja, um conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. Desta forma, o território possui uma dimensão simbólica e cultural, não se restringindo a uma área física da natureza que apenas permite aos agentes sociais o acesso, o controle e o uso dos recursos naturais que ali se localizam. Mais do que isso, como afirma Godelier, o território implica uma apropriação tanto material quanto simbólica. (Godelier, 1981). Entretanto, para o efetivo exercício dessa propriedade torna-se necessário que os membros desse grupo social utilizem de suas próprias regras para organizar suas condutas concretas de apropriação, na construção de valores e condutas próprias ao grupo. Nessa mesma direção Little (2004, p. 253), ao definir o sentido de territorialidade, afirma que esta se traduz no esforço coletivo do grupo social destinado a ocupar, usar, controlar e se identificar com determinado espaço do ambiente biofísico. O autor enfatiza ainda, que de fato “um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social”. Nesse sentido o território é um “produto histórico de processos sociais e políticos”.

Para leitura do território deve-se partir do entendimento que este é expressão e expressa os diferentes processos de territorialização que encerram uma compreensão de território a partir de suas formas de uso e apropriação vivenciadas pelos sujeitos, assumindo-se a noção de que a ação sobre a natureza se “realiza a partir da natureza valorada pela sociedade” (Santos,1999, p.18), num construto social de que essa ação estabelecida inicia uma dialética sociedade-natureza. Nesse sentido, a ação é compreendida como trabalho e o valor atribuído, atual ou futuro, a um determinado pedaço de natureza, tomando como referência “os homens e as relações” (ibid, p.19). Nessa perspectiva o território é pensado a partir do seu conteúdo social, no lugar de representações cartográficas/físicas que dão conta apenas das divisões político-administrativas e ignoram a dinâmica sócio territorial

fundada na existência e evidenciada na vida cotidiana. O território então, encerra mudanças, processos, assim como, expressa forma-conteúdo, relações sociais, relações de poder estabelecidas entre grupos sociais em disputa.

Os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, para os quais o território significa vida em sua expressão material e imaterial, expressam bem esse significado do território vivido e sentido, como podemos constatar na fala de João Tapajós.

A questão das territorialidades hoje para nós, do movimento indígena, que somos e que vivemos a cultura, não é apenas uma questão de que você vê terra ou vê mato ou água. Para nós, o território se auto difunde muito mais além da percepção que você vê nas folhas, do que você vê na árvore, do que vê na terra. Hoje, para nós, a questão territorialidade se constitui em um âmbito maior, um interesse maior e quando a gente briga por essa territorialidade como meio de poder, de alguma forma, fazer com que esse território não venha a imediato no futuro, ser [...] depredado [...] ou invadido [...]. Para nós, territorialidade em uma visão digamos assim mais nativa [...] território se constitui a partir dos elementos que estão nele, as pessoas que vivem nele, o que ele representa para tais pessoas e tais grupos [...] Sem o território aquele grupo não consegue manter a sua cultura, o seu costume, o seu modo de vida, sua crença e tudo mais.” (João Tapajós, trecho de depoimento destacado em Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social, 2014, p. 15).

Para os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais o território é a base da sua (r)existência e elemento estrutural/estruturante de sua reprodução social. As formas de uso e apropriação desse território, por sua vez, são expressões das territorialidades específicas de cada grupo social que nele vive. As territorialidades específicas trazem elementos identitários dos sujeitos territorializados, evidenciando a identidade a partir de uma perspectiva dinâmica e aberta, como um conjunto de possibilidades e não como um dado a priori, invariante, uma categoria homogênea, socialmente determinada e determinante dos comportamentos e as disposições subjetivas dos indivíduos.

A desconstrução do mito da homogeneização está expressa nas diferentes cartografias de que trata este artigo, em especial por realçar a multiplicação de novas identidades fruto das transformações em curso também com impacto nos referenciais de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que nos forneciam uma base sólida de localização com indivíduos sociais (Hall, 2004). Hall afirma que um dos efeitos trazidos pela globalização é o de questionar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional, o que provoca um efeito multiplicador de novas identidades, que lhes confere novas dinâmicas e um caráter mais político, posicional, plural e diverso. Nesse sentido, Bauman (2005, p. 17) nos diz que o “pertencimento” e a identidade não têm a solidez de uma rocha, sendo “bastante negociáveis e revogáveis”.

De acordo com Almeida (2004, p. 22-23), o processo de autodefinição (afirmação identitária) redonda em politização das realidades locais. Os “agentes locais” assumem a condição de “sujeitos da ação”, na medida em que a designação utilizada para efeito da ação coletiva corresponde àquela pela qual se definem e são “representados na vida cotidiana” constituindo “forças sociais” com repercussões que transcendem ao âmbito da ação localizada e provocam mudanças na relação política com os “centros de poder e com as instâncias de legitimação”.

Reiterando a relação de processo de autodefinição identitária e territorialidades específicas, presencia-se a complexidade dessa dinâmica ao lado de incongruências na implementação de estratégias governamentais e empresariais que vem colocando em risco os territórios tradicionalmente ocupados. Uma das estratégias utilizadas nessa disputa é a da invisibilidade dos povos tradicionais nos mapas produzidos pelo aparato governamental e empresarial, recorrentemente apresentados, por exemplo, nos mapas produzidos para o planejamento territorial. Tal invisibilidade é contraposta pela “nova cartografia social” que evidencia a (r)existência dos povos tradicionais e suas formas de apropriação e uso do território.

Para iluminar a reflexão: novas cartografias sociais de territórios

Almeida (2018, p.58), ao se referir a “nova cartografia social”, como orientação às práticas de pesquisa, observa que há uma distinção do vocábulo “cartografia” e “não pode ser entendida circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território”. Assim como, também, difere do termo “cartografia social” comumente usado por agências multilaterais, empresas diversas (em muito apresentado em seus estudos de impactos ambientais) e empresas de georreferenciamento como a Google. Nesse sentido, a “ideia de ‘nova’ visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas” (idem). Isso implica em uma construção de uma relação de confiança mútua entre pesquisadores e os agentes sociais envolvidos nos trabalhos de elaboração dos mapas.

A autocartografia, como princípio e um dos objetivos fundamentais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, registra relatos, representações cartografadas e revela diferentes critérios organizativos a partir dos próprios grupos. Ela se aproxima da etnografia em função das relações de pesquisa e das técnicas de observação participante, entretanto, com ela não se confunde, tendo em conta o próprio objeto que ela necessariamente produz com resultado dessa relação: uma cartografia social.

- *Mas como se produz essa cartografia social?*

Os movimentos e grupos sociais apresentam a demanda ao PNCSA. A partir do interesse manifestado, a equipe de pesquisadoras/es organiza as primeiras conversas e reuniões preparatórias, geralmente realizadas com as principais lideranças da organização que apresentou a demanda ao projeto. Em muitos casos ocorrem visitas às comunidades e trabalho de coleta de informações preliminares, caracterizando a inserção da equipe em campo.

Após essa inserção inicial são organizadas e realizadas as oficinas de produção da cartografia social. Nas oficinas participam até trinta pessoas¹. A divulgação e mobilização ficam sob a responsabilidade do grupo solicitante. Quem participa, horário, dias e o local é definido conjuntamente com a organização do movimento.

Nas oficinas, as/os pesquisadoras/es ensinam técnicas de GPS² e de mapeamento, além de coletar depoimentos sobre a história social, formas de organização, conflitos e principais questões e dificuldades enfrentadas pelo grupo/comunidade/movimento social. Durante as oficinas os agentes sociais elaboram as primeiras representações da cartografia de seu território, para isso utiliza-se a técnica de produção de croquis³, onde são desenhados/apontados os limites físicos do território a ser mapeado, também, indicando as principais informações/elementos mais relevantes para a sua composição. Nesse momento têm-se os primeiros desenhos das territorialidades específicas de cada grupo que se envolve na elaboração.

Com autorização prévia do grupo participante da oficina, a equipe de pesquisadoras/es realiza a gravação de áudio com uso do gravador. Todas as etapas da oficina que envolve apresentação dos presentes, depoimentos, apresentação dos croquis e debates são gravadas em áudio. O material produzido na oficina fica de posse da equipe de pesquisadoras/es para uso na produção dos fascículos, boletins, cadernos (publicações) e mapas.

Numa segunda etapa do trabalho, sem a presença das/os pesquisadoras/es, os agentes sociais marcam, com GPS, os pontos das informações/lugares de seu território que devem ser sinalizados no mapa. Em alguns trabalhos foi possível utilizar aplicativos para celular com funções de georreferenciamento. Em outros casos as/os pesquisadoras/es também acompanham em campo a coleta de informações.

Após a coleta dos pontos (coordenadas geográficas) pelos agentes sociais a equipe de pesquisadoras/es recolhe essas informações e transpassa ou georreferencia em uma base cartográfica. Nessa etapa os croquis, produzidos nas oficinas, são utilizados como referência ilustrativa do território, servindo de guia para a checagem das informações levantadas em campo. As ilustrações (desenhos,

¹ Em alguns casos, como na produção da cartografia social de crianças e adolescentes no município de Abaetetuba, é possível a participação de um número maior de pessoas. Nesse caso pode organizar uma divisão para desenvolver o trabalho em grupos menores.

² GPS: sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês global positioning system), é um sistema de navegação por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição. Utilizado para registrar as coordenadas geográficas dos pontos a serem inseridos no mapa.

³ Croqui é um esboço, um desenho do território

reproduções de símbolos e objetos) contidas nos croquis, também são repassadas para a base cartográfica como elementos de sinalização das informações, sendo transformadas nos ícones que compõem a legenda dos mapas. Com alguns grupos foi realizado momentos específicos durante a oficina para produzir os ícones das legendas dos mapas.

Com o mapa-piloto (primeira versão) concluído e o texto que o acompanha elaborado a partir dos depoimentos (gravados durante as oficinas ou em entrevistas individuais), monta-se uma primeira versão do fascículo que é apresentado, em uma segunda oficina, ao grupo que o produziu. Nessa etapa o texto e o mapa passam pela leitura e revisão dos presentes. Deve-se observar a necessidade de providenciar cópias do texto para distribuição aos presentes a fim de facilitar a leitura. Da mesma forma se procede com o mapa-piloto, geralmente providencia-se três, ou mais, cópias para serem utilizadas em trabalho de grupos menores, pois se requer atenção para as correções no mapa. Uma vez aprovados o mapa e o texto, a equipe de pesquisadoras/es passa para a etapa de elaboração da versão final do fascículo (publicação com texto e mapa).

A partir daí inicia-se a etapa de editoração da publicação (revisão, diagramação e impressão). “São publicadas mil cópias de cada fascículo. Um menor número de cópias fica em mãos do PNCSA, que guarda alguns exemplares e distribui os restantes para pesquisadoras/es, núcleos de pesquisa, universidades e órgãos estatais tais como Ministério Público Federal e Procuradoria da República. A maior parte dos exemplares fica de posse do movimento social, e por ele é utilizada como quiser, muitas vezes como parte integrante de sua estratégia de autoafirmação social e de resolução de seus problemas”. (PNCSA, 2018, s/p).

- *A formação da equipe de pesquisadoras/es – a interdisciplinaridade*

A composição da equipe e pesquisadoras/es deve ser multidisciplinar e requer período de integração e capacitação para uma clivagem com os procedimentos anteriores, evitando construir de fora os elementos constituintes do trabalho a ser desenvolvido. Como ponto de partida buscar um conhecimento concreto da situação específica objeto da produção da cartografia. Isto implica em atentar para o universo de representação dos agentes sociais participantes e para o repertório de práticas e rituais que acionam para assegurar suas formas intrínsecas de coesão social, uso e apropriação do território – suas territorialidades específicas.

Os quesitos para refinar este entendimento referem-se não somente à relevância de uma equipe pluridisciplinar, mas sobretudo a uma nova modalidade de trabalho de pesquisa que requer maior interação e socialização de saberes e competências. Uma distinção preliminar refere-se à recusa do “dualismo” contido na divisão de trabalho entre aqueles detentores dos conhecimentos das áreas sociais (geografia, sociologia, antropologia, serviço social, dentre outros) e aqueles comumente classificados como “técnicos” (como o georreferenciamento e a produção de mapas). Mas, para além da simples “integração” destas atividades tem-se um aspecto relacional suplantando as práticas isoladas de especialistas e peritos

tanto no que diz respeito ao aparato conceitual que norteia a intervenção, quanto às realidades localizadas.

- *Como é a relação de pesquisa entre pesquisadores e os agentes sociais que produzem a cartografia?*

O trabalho das pesquisadoras/es articula-se com o reconhecimento dos agentes sociais como sujeitos que atuam de maneira ativa em face de quaisquer decisões tomadas em seu nome ou a eles dirigidas, participando de todo o processo de elaboração de sua cartografia social.

Nesta direção, o padrão de relacionamento estabelecido entre a equipe de pesquisadoras/es e os grupos sociais envolvidos prioriza as atividades e tomadas de decisões coletivas. Todos os procedimentos adotados para a produção da cartografia social são realizados em conjunto com os agentes sociais.

Nesse sentido, a produção de uma “nova cartografia social” requer a construção prévia de uma relação de confiança estabelecida entre pesquisadoras/es e os demais agentes sociais envolvidos no processo, pois trata-se de uma coprodução cartográfica e textual de apresentação/representação de territórios em sua maioria ameaçados. Nessa relação de confiança a postura da pesquisadora/r tem papel decisivo. Deve-se focar numa postura pedagógica da escuta atenta aos saberes dos agentes sociais.

Trabalha-se sempre com um método de coprodução cartográfica extremamente aberto. Os conceitos de território e territorialidades específicas impõem uma dinâmica de trabalho que impede uma única orientação rígida. A pesquisadora/r é chamada a atuar como mediadora/r e animadora/r na elaboração da nova cartografia social. Ainda que existam etapas de formação, especialmente sobre técnicas cartográficas e legislação, por parte da equipe de pesquisadoras/es, por exemplo, o domínio do mapa e do que está e não está no mapa é do grupo social.

Os resultados se expressam em “mapas situacionais” (Almeida, 2005) que se constituem um recurso de método para registro da diversidade das situações sociais, mostram situações contingentes, concretas e reveladoras de um determinado momento, passível de alteração, contudo plenamente possíveis de espacialização, e chamam atenção para um processo de afirmação étnica e identitária, a partir de “realidades localizadas e processos sociais” (ibid., p.101). Como vemos nos exemplos abaixo de cartografias sociais de diferentes grupos que ocupam o mesmo território – a cidade de Belém-PA. Pelas legendas é possível observar as territorialidades específicas de cada grupo, sua forma de apropriação e uso do território.

Quadro 1: símbolos e legendas da cartografia social na cidade de Belém-PA. 2006-2008.

Indígenas	LGBTQ/Homossexuais ¹	Afro-religiosos
<ul style="list-style-type: none"> Associação Indígena da Área Metropolitana de Belém - AIAMB Formas organizativas com representação indígena: <ul style="list-style-type: none"> Conselho da Cidade de Belém Conselho Municipal dos Direitos Humanos Forum das Mulheres Paraenses Estruturas de apoio aos indígenas assinaladas pelos participantes da oficina: <ul style="list-style-type: none"> Casa do Índio Conselho Indígena Missionário - CIMI FUNAI CNBB Espaços de referência: <ul style="list-style-type: none"> Memorial do Índio Artindia Bairros com presença indígena, conforme os participantes da oficina de mapas Residências dos indígenas presentes na oficina de mapas do PNCSA Residência dos familiares dos indígenas presentes na oficina de mapas do PNCSA 	<ul style="list-style-type: none"> Formas organizativas do movimento: <ul style="list-style-type: none"> Organizações não governamentais - ONG's Núcleos Distritais Formas organizativas com representação dos homossexuais: <ul style="list-style-type: none"> Conselho Municipal de Direitos Humanos FAOR - GT GLBT Fórum de ONG's AIDS Rede Amazon ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros ABL - Associação Brasileira de Lésbicas GAPA/PA - Grupo de Apoio e Prevenção de AIDS do Pará Estruturas de apoio ao movimento assinaladas pelos participantes da oficina: <ul style="list-style-type: none"> FAOR - Fórum da Amazônia Oriental CUT - Central Única dos Trabalhadores Boite Gai UNIPOP Sindicato dos Bancários, Urbanitários e dos Trabalhadores do Correio Bar Refúgio dos Anjos Fórum de ONG's AIDS Coordenação Municipal DST / AIDS Coordenação Estadual DST / AIDS Conselho Municipal de Direitos Humanos Defesa Civil do Município de Belém SPDDH Ministério da Saúde Formas de Mobilização: <ul style="list-style-type: none"> Campanha de orientação e prevenção à saúde Seminários, oficinas, distribuição direta de camisinhas Locais de atuação do movimento Rituais e Práticas de Coesão: <ul style="list-style-type: none"> Festa da Chiquita, Parada Gay, Blocos Carnavaiscos, Quadrilha Gay, Miss Caipir Gay, Queimada Gay 	<ul style="list-style-type: none"> Formas organizativas do movimento: <ul style="list-style-type: none"> Nações (Umbanda, Mira, Ketú, Angola e Jeje) Federações Institutos Associações Organizações não governamentais - ONG's Formas organizativas com representação dos afro-religiosos: <ul style="list-style-type: none"> Conselho das Negras e Negros de Belém Conselho da Cidade de Belém Conselho Municipal de Direitos Humanos Forum de Entidades Negras e Afro-religiosas do Pará - FENAP Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Grupo de Homossexuais do Pará - GHP Estruturas de apoio ao movimento assinaladas pelos participantes da oficina: <ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde Coordenação Estadual de DST / AIDS Secretaria Especial de Política Pública de Apoio às Desigualdades Raciais - SEPAL Programa Fome Zero Programa Combate ao Racismo Institucional - Saúde / DFID Câmara Municipal de Belém Assembleia Legislativa do Pará Fundação Palmares Forum ONG's AIDS / Pará Mocambo CEDEMPA Locais de realização de ritos públicos: <ul style="list-style-type: none"> Oferendas, Ebô, Despacho. Áreas de coleta de folhas e cutos na mata Áreas de ritos nas águas (rios, igarapés e praias, usados em cultos) Territórios reivindicados: <ul style="list-style-type: none"> Local no mercado de São Brás, Mata da Cessa, Murucutu, Memorial dos Povos Bairros com presença de casas de religiões afro-brasileira (casas de cultos, terreiros, templos)

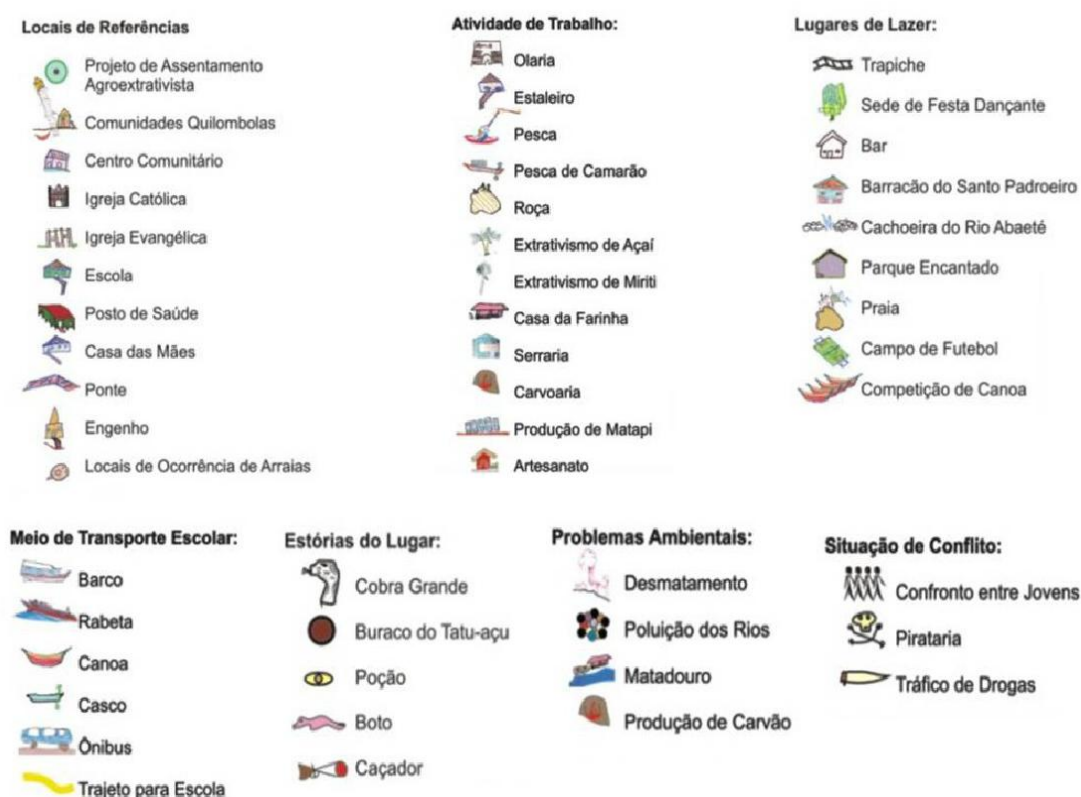
Fonte: PNCSA, 2006 -2008.

A figura 1 ilustra outro território mapeado, desta vez, a partir das representações e materialidades de apropriação do território do município de Abaetetuba pelas crianças e adolescentes².

¹ No quadro apresenta-se a legenda da cartografia social realizada no ano de 2006 com representantes de entidades LGBTQ sediadas no município de Belém-Pará. O termo “homossexuais” foi escolhido pelos participantes das oficinas e figura no título da publicação/fascículo e no mapa – “Homossexuais na Cidade de Belém”. Em respeito ao tempo histórico da elaboração da cartografia social do grupo acima referido, optou-se por manter o termo que figura no título do Fascículo e do mapa.

² A publicação do mapa e fascículo resultado das oficinas da nova cartografia social produzida pelas das crianças e adolescentes do município de Abaetetuba, em parceria com o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba, foi distribuída nas escolas municipais das ilhas, passando a ser utilizada na formação dos alunos. Esse trabalho contou com o financiamento do UNICEF. A publicação do fascículo e mapa está no site do projeto. <http://novacartografiasocial.com.br/>. Maiores detalhes sobre esse trabalho encontram-se descrito em Da Costa Lima & Da Costa (2012).

Figura 1: legenda da cartografia social realizada com crianças e adolescentes do município de Abaetetuba-PA – 2008.



- *Quanto tempo leva para a produção da cartografia social?*

Quem determina o tempo necessário para a elaboração da cartografia social é o grupo dos agentes sociais envolvidos no processo. Produzir o mapa de seu próprio território requer tempo, dedicação, envolvimento, reflexão, diálogo – um processo intenso de aproximações com as memórias de ontem e de hoje; de reflexão acurada e negociação do grupo para decidir o que deve entrar no mapa e o que não deve.

Nos trabalhos de produção de cartografias sociais que realizei pode-se estimar em média doze meses de atividades. Contudo, alguns levam mais tempo, como por exemplo, a cartografia social dos indígenas do Baixo Tapajós, cujo primeiro mapa produzido – publicado no Caderno Nova Cartografia n. 1 intitulado “Resistência e mobilização dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós”, as primeiras aproximações e reuniões iniciaram-se no ano de 2009 e as oficinas de aprovação do mapa e texto do caderno foram finalizadas no ano de 2013 e publicado em 2014. Respeitar o tempo do grupo é um dos exercícios importantes na relação da pesquisa.

Isso nos coloca um desafio teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo permanente de (re)construção pedagógica do nosso saber na relação com outros saberes, que juntos constroem novos saberes. Nesse processo não se tem

hierarquia de saberes, mas um processo contínuo colaborativo na produção de novos conhecimentos em que participam ativamente pesquisadores e o grupo social envolvido na elaboração da nova cartografia social. O respeito ao tempo de cada um faz parte dessa construção.

Reescrevendo a palavra (e o mundo): aprendizados para a formação profissional

A experiência na elaboração da nova cartografia social possibilita a realização de um movimento e exercício cotidiano ao encontro de uma perspectiva colocada às ciências sociais de descolonizar o pensamento e a elaboração dos conhecimentos. Conforme nos chama atenção Ocana & Lopez (2019, p. 3) quando afirma que para irmos nesse movimento de descolonizar a ciência é necessário “criar outras formas de pensar, sentir e existir, o qual requer a configuração de novos tipos de conhecimento e novas ‘ciências’, cuja estrutura categorial sustenta-se no saber do outro, considerado inferior e não somente na episteme do logos moderno/colonial, considerado superior”.

Ao contrário da cartografia oficial produzida por organismos governamentais em que a representação territorial é homogeneizada pelos interesses das ações do Estado, na “nova cartografia social”, as autodefinições é que nomeiam os territórios e os mapas, demonstrando não somente aquilo que lhe é próprio/específico, mas também que o mapa, produzido pelo próprio grupo, é indissociável da consciência de si mesmos, da sua identidade e territorialidade coletiva; se contrapondo às classificações identitárias e territoriais produzidas pela sociedade colonial, mediante cadastro, censos, temas, códigos e outros mapas.

O processo de confecção da nova cartografia social contribuiu também para que os membros dos grupos sociais dialoguem sobre o território se (re)apropriando do conhecimento político-sócio-cultural de suas comunidades tradicionais. Nesse sentido, o uso da cartografia social pelos movimentos sociais tem se firmado como instrumento de afirmação identitária e territorial na luta em defesa de seus territórios, principalmente, na medida em que avançam os interesses de agentes externos sobre os seus territórios de uso tradicional.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR. v. 6, n.1., p.9-32, maio de 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.; MARTINS, Cynthia Carvalho; NETO, Joaquim Shiraishi. **Guerra Ecológica nos Babaçuais** – O processo de devastação dos palmeirais, e elevação do preço de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luis, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e Museus: uma nova cartografia social. *In: Revista Ciência e Cultura*. v.70, n.4, São Paul. Oct./Dec. 2018. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016 . Acesso em: 18 out. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; NOVAES, Jurandir Santos de.; GAYOSO DA COSTA, Solange Maria; LOPES, Rodrigo Macedo. **Indígenas na Cidade de Belém**. PNCSA – Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia. Fascículo 1. Belém, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; NOVAES, Jurandir Santos de.; GAYOSO DA COSTA, Solange Maria; LOPES, Rodrigo Macedo. **Homossexuais na Cidade de Belém**. PNCSA – Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia. Fascículo 2. Belém, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; NOVAES, Jurandir Santos de.; GAYOSO DA COSTA, Solange Maria; LOPES, Rodrigo Macedo. **Afro-religiosos na Cidade de Belém**. PNCSA – Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia. Fascículo 3. Belém, 2006.

PNCSA, Apresentação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em português do Brasil. Manaus, 2018. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao>. Acesso em: 18 out. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade** – A busca por seguranças no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. *In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico*. Tradução Fernando Thomaz. 3. ed.. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000. p. 107-132.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Resistência e mobilização dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. n. 1 (jun. 2014). Manaus: UEA Edições, 2014. p. 15.

DA COSTA LIMA, Marcos Vinicius; GAYOSO DA COSTA, Solange Maria. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Geografares**, [S. l.], n. 12, p. 76-113, 2012. DOI: 10.7147/GEO12.3189. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3189>. Acesso em: 31 out. 2020.

GODELIER, Maurice. A parte ideal do real. *In: Godelier. Antropologia*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 1981. p. 185-203.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003** Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290

ORTIZ OCAÑA, Alexander; Arias López, María Isabel. Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. Universidad Santo Tomás. **Hallazgos**, Bogotá, Colombia, v. 16, n. 31, p. 147-166, Enero-Junio 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Milton. "O território e o saber local". *In: Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-20.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO*, Iná Elias de, *GOMES*, Paulo Cesar da Costa, *CORRÊA*, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.